



## MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

#### TERMO DE COMPROMISSO AJUSTE DE CONDUTA Nº618

(Acerto de contratação temporária emergencial de pessoal no período de calamidade pública e seguimento)

O MINISTÉRIO PÚBLICO (MPU/MPT/PRT da 12ª Região), através do Exmo. Sr. Procurador do Trabalho, Dr. MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO, no cumprimento de suas atribuições institucionais-legais, com espeque no art. 129, II e III, da Constituição da República, e

- a) considerando o disposto no art. 37, IX, da Constituição da República c/c a Lei 8745/93;
- b) considerando o pactuado nos TACs nº203/2007 e nº137/2008, especialmente cláusulas "K" e "L", e "N", "O" e "P", respectivamente;
- c) considerando a justificativa apresentada pelos gestores do Município de Itajaí, acerca da necessidade premente de contratação de pessoal, em período de calamidade pública, com o objetivo de suprir necessidade temporária, em caráter emergencial, para instalação e funcionamento inadiável de serviços essenciais;
- d) considerando que o Município de Itajaí apresenta necessidade de pessoal em diversas áreas, em especial, saúde e educação;
- e) considerando o princípio da continuidade do serviço público, evitando-se que a população sofra as consequências da falta de pessoal com ano letivo em curso, bem assim nos serviços públicos de saúde e outros urgentes e necessários para reconstrução do Município;
- f) considerando que o Município de Itajaí foi gravemente atingido durante o final de 2008 pela enchente que se abateu sobre o Estado de Santa Catarina, estando sob a égide de decreto de calamidade pública que se estenderá até 19.05.2009;
- g) considerando que foram realizadas várias audiências com os gestores municipais (Secretarias de Educação, Saúde, Procuradoria-Geral), inclusive oitiva do Prefeito e de representante da Câmara de Vereadores, sendo todos unânimes em asseverar a necessidade premente de contratação de pessoal;
- h) considerando que a economia do Município de Itajaí gira 70% em torno do Porto, cujas atividades ainda não recuperaram a plenitude, gerando, com isso, deficiência de arrecadação e repasses do FPM e ICMS, com prejuízos para a administração, limitada na sua capacidade de gerenciamento administrativo;
- i) considerando que os trabalhos no Porto de Itajaí têm previsão de conclusão indeterminada, ante sucessivas prorrogações dos repasses federais e estaduais destinados à reconstrução da infraestrutura portuária;
- j) considerando que o Município de Itajaí cede servidores e estagiários a diversos entes da administração pública estadual;
- k) e considerando o princípio da supremacia do interesse público, que impõe o respeito ao interesse público mesmo em face de circunstâncias excepcionais,

toma, do **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.277/0001-52, com sede na Rua Alberto Werner, nº100, Bairro Vila Operária, CEP 88304-053, e do **Prefeito Municipal**, Sr. Jandir Bellini, inscrito no RG sob o nº89.945, SSP/SC, da Sra. Maria Heidemann, Secretária de Educação do Município, inscrita no RG sob o nº259.417-0, do Vereador Dr. Renato Ribas Pereira, e das demais autoridades municipais signatárias a final, acompanhados pelo Dr. João Paulo Tavares Bastos Gama, inscrito na

MJFD Avenida Rio Branco, 301 – Centro – Florianópolis/SC – CEP 88015201 – Telefone 48 32519900

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

OABSC sob o nº15.343, e pelo Dr. Domingos Macário Raimundo Junior, inscrito na OAB/SC sob o nº14.968, COMPROMISSO, de forma complementar aos demais ajustes de conduta realizados neste Ministério Público, para adequação do Município à legalidade em circunstâncias excepcionais decorrentes de calamidade pública, em conformidade com o art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, obrigando-se o Município signatário e seus gestores ao seguinte:

- I. O Prefeito poderá manter o pessoal contratado no período de calamidade pública, entendendo-se o quantitativo estritamente necessário para suprir deficiência correspondente à instalação ou funcionamento de serviços essenciais à população, até 31.12.2009, impreterivelmente;
- II. Para validade desta cláusula, fica compreendida somente a contratação ocorrida paulatinamente no período de calamidade, em conformidade da caracterização da necessidade, mediante decreto prévio e expresso do Prefeito, contendo a justificativa, e conhecimento prévio da Câmara de Vereadores;
- III. Ante a urgência para admissão de pessoal, e existência de processos seletivos e/ou concurso público vigentes, os gestores comprovarão a convocação dos aprovados e dos inscritos nos certames, nos cargos correspondentes às vagas temporárias supra, observados os seguintes critérios:
  - a) Chamada dos candidatos às vagas temporárias obedecendo estritamente a ordem de classificação do certame, inclusive dos não aprovados inscritos;
  - b) Recusa ou aceitação do candidato à vaga temporária não prejudica nem altera a ordem de classificação do concurso e o seu direito de nomeação à vaga efetiva quando oportunamente for efetuada;
  - c) Terminada a necessidade temporária e ou duração do contrato, o contratado deverá ser imediatamente desligado;
  - d) Se, na vigência do contrato temporário, surgir a vaga efetiva e estiver na vez de chamada do contratado, este deverá ser desligado imediatamente da vaga temporária para assumir a vaga efetiva.
- IV. Para as vagas temporárias em que não foi possível o aproveitamento de concursados e inscritos, no período de calamidade pública o Município deverá comprovar a observância, pelo menos, dos seguintes critérios na admissão de pessoal:
  - a) Prazo mínimo de 05(cinco) dias para divulgação da necessidade de contratação, através da internet e imprensa estadual;
  - b) Prazo mínimo de inscrição dos interessados de cinco dias;
  - c) Seleção dos inscritos mediante análise de currículo (melhores notas no histórico escolar) e, em caso de empate, sorteio dos candidatos;
  - d) Observância, em todos os casos, dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência (art. 37, *caput*, da CF).
- V. Fica expressamente vetada a prática de nepotismo, não podendo ser contratados temporariamente parentes em linha direta ou até 3º grau em linha colateral do Prefeito, Vice e titulares das pastas (Secretarias).
- VI. A remuneração da vaga temporária não poderá ser superior à da vaga efetiva.
- VII. O regime da contratação temporária será o celetista (cláusula "O" do TAC nº137/2008 e cláusula "K" do Tac nº203/2007), observando-se as seguintes condições:
  - a) Duração do contrato não superior a 06(seis) meses, permitida uma prorrogação dentro deste período, limitada, em qualquer caso, até 31.12.2009, salvo: 1) agentes de autoridade de trânsito, que deverão ser desligados até 30.06.2009; 2) agentes de serviços gerais da Secretaria da Criança, do Adolescente e da

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

---

Juventude, que deverão ser desligados até 31.08.2009; 3) técnicos de atividade administrativa da Secretaria de Administração, que deverão ser desligados até 31.08.2009;

- b) Anotação em CTPS na forma e prazos legais, vedando-se qualquer referência a período de “experiência”;
- c) Recolhimentos legais de INSS e FGTS.
- d) Não haverá designação de servidores temporários para o exercício de cargos em comissão ou funções de confiança
- e) As contratações temporárias supra não gerarão efetivação nas vagas.

VIII. O Prefeito retirará, em 48 (quarenta e oito) horas, os estagiários do DETRAN e demais órgãos da Secretaria de Segurança Pública do Estado no Município de Itajaí, podendo, no entanto, substituí-los por empregados cedidos municipais, com observância do disposto no art. 37 da Constituição.

IX. O Prefeito designará Procurador municipal para fiscalização das atividades de estágio dos estagiários cedidos para o Fórum da Justiça Estadual, que ficará responsável pela supervisão prevista no §1º do art. 3º da Lei 11788/08, bem como pelo fiel cumprimento das disposições do referido diploma legal, sob pena de responsabilidade do designado na esfera cível, penal, administrativa e trabalhista, sem exclusão de quem mais concorrer para a ilicitude. Para tanto, apresentará a este Ministério Público especializado, em trinta dias, projeto de estágio, no Fórum, que atenda, satisfatoriamente, aos ditames da Lei 11788/08, com rol discriminativo das atividades desenvolvidas e das vetadas, assim entendidas as que sejam de cunho eminentemente burocrático e exclusivas de servidor público (art. 15).

X. Fica expressamente vedada a terceirização para as funções das vagas temporárias.

XI. O descumprimento de qualquer item deste termo, como também o descumprimento de obrigações contratuais nas admissões temporárias sujeita o gestor municipal que o ensejou à responsabilidade solidária trabalhista e previdenciária.

XII. O Prefeito se compromete a **comparecer**, sempre que solicitado formalmente, perante este Ministério Público especializado para acompanhamento do cumprimento deste TAC.

XIII. O Prefeito se compromete em publicar, dentro em 48 (quarenta e oito) horas a contar desta data, o presente Termo na imprensa oficial e municipal, para conhecimento da população, mantendo a divulgação no sítio da internet do governo municipal para ampla publicidade deste TAC.

XIV. O presente TAC será levado ao conhecimento do pessoal contratado durante o período de calamidade pública.

XV. A prática de ato de improbidade relativo à admissão temporária regulada neste TAC sujeitará o gestor municipal responsável ao imediato afastamento de suas funções.

XVI. O Prefeito e gestores municipais de Itajaí signatários assumem total responsabilidade civil, penal, administrativa e trabalhista pelo quantitativo de pessoal a ser informado ao Ministério Público do Trabalho, asseverando ser o estritamente necessário para que serviços públicos essenciais prestados à população não sofram solução de continuidade.

XVII. O Prefeito e os gestores municipais de Itajaí adotarão as seguintes

**MEDIDAS COMPENSATÓRIAS:**

1. Considerando que a contratação temporária, ainda que justificada por excepcional interesse público e decreto de calamidade pública, não é a ideal para a prestação de serviços públicos à população.
2. Considerando que o final dos contratos temporários gerará desemprego no Município.
3. **Obriga-se o Município, em contrapartida às contratações temporárias no período de calamidade pública, às seguintes medidas compensatórias:**
  - a) **promover**, durante o período em que vigorar o contrato de trabalho dos admitidos em caráter temporário, cursos de requalificação profissional dos mesmos, visando à sua reinserção no mercado de trabalho ao final dos contratos;
  - b) **promover**, durante o período em que vigorar o contrato de trabalho dos admitidos em caráter temporário, cursos de qualificação profissional para, pelo menos o dobro do número de contratados, nos mais diversos segmentos da atividade econômica do Município, admitindo-se parceria com a iniciativa privada;
  - c) **reduzir**, no prazo de doze meses a contar desta data, de 0,5 a 1% do índice de analfabetismo do Município;
  - d) **incentivar** o estudo nas comunidades carentes do Município mediante veiculação de propaganda em mídia da necessidade de formação primária e secundária das pessoas para qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho;
  - e) **criar**, no prazo de um ano a contar desta data, admitida a parceria com a iniciativa privada, Orquestra Juvenil destinada a acolher jovens das comunidades carentes municipais, para estímulo da cultura nas camadas humildes da população.
4. Em todas as medidas compensatórias o Município fará referência que a mesma está sendo adotada em virtude deste TAC firmado com este Órgão Ministerial, com ampla publicidade.

XVIII.

**Os gestores do Município comprovarão**, mensalmente, e sempre que solicitado formalmente, as providências adotadas para o fiel atendimento às obrigações contidas nas cláusulas pactuadas, mediante a remessa dos documentos pertinentes, especialmente editais de processo seletivo simplificado e atos de contratação temporária.

XIX.

**A assinatura deste Termo de Compromisso não invalida as obrigações pactuadas nos demais Termos de Ajuste de Conduta firmados com este Ministério Público especializado, nem isenta de responsabilidade os gestores e quem mais concorrer para a prática de ilícito vinculado à contratação de pessoal no Município de Itajaí.**

O simples descumprimento do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA**, sujeitará o Município e seus gestores, solidariamente, à multa principal de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), por infração, reversível ao FDD e/ou ao Fundo Municipal da

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Saúde de Itajaí, e/ou, ainda, a entidades filantrópicas sem fins lucrativos, a exclusivo critério do Ministério Público, nos termos dos arts. 5º, § 6º, e 13 da Lei Federal nº 7.347/1985. A título de fixação de prévia *astreinte*, fica estipulado o valor de R\$1.000,00 (um mil reais) por dia de atraso e/ou renitência quanto ao cumprimento do presente.

O Município e seus gestores ficam desde logo constituídos em mora se constatado o descumprimento deste Termo de Ajuste de Conduta por fiscalização, ou por qualquer outro meio de ciência do Ministério Público, estando cientes de que o descumprimento do presente **COMPROMISSO** ensejará a execução total perante a Justiça do Trabalho, inclusive quanto às obrigações de fazer e não fazer, conforme dicção do art. 876 da CLT.

Ressalta-se que este compromisso vigorará por prazo indeterminado, e seu cumprimento efetivo não revoga nem modifica os Termos de Ajuste de Conduta anteriormente celebrados perante esta Procuradoria Regional do Trabalho que tratam dos assuntos pertinentes ao presente Termo, cujas obrigações permanecem ratificadas, obrigando, desde logo, todas as administrações municipais que sucederem à atual, inclusive os Prefeitos e Chefes do Legislativo Municipal posteriores.

E para constar eu, Paula de Souza Guedes, Técnico Administrativo, lavrei o presente Termo, que segue assinado por quem de direito.

Florianópolis, 18 de Maio de 2009.

**Dr. MARCELO J. FERLIN D'AMBROSO**  
*Procurador do Trabalho*

**SR. JANDIR BELLINI**  
*Prefeito Municipal de Itajaí*

**DR. JOÃO PAULO TAVARES BASTOS GAMA**  
*Procurador Geral do Município de Itajaí - OAB/SC nº 15.343*

**DR. DOMINGOS MACÁRIO RAIMUNDO JUNIOR**  
*Advogado - OAB/SC nº 14.968*

**DR. RENATO RIBAS PEREIRA**  
*Delegado Corregedor de Polícia de Itajaí e Vereador no Município.*

**SRA. MARIA HEIDEMANN**  
*Secretária Municipal de Educação*

**SRA. DALVA MARIA ANASTÁCIO RHENIUS**  
*Secretária Municipal de Saúde e Vice-Prefeita*

**SR. MARCO ANTÔNIO EMÍLIO**  
*Secretário Municipal de Administração*

**SR. CARLOS ELY**  
*Secretário Municipal de Segurança do Cidadão*

**SR. NILSON LUIZ RAMOS DE OLIVEIRA**  
*Secretário Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude*